

1 -----**SESSÃO ORDINÁRIA** -----
2 -----**REUNIÃO DO DIA 23 DE SETEMBRO DE 2022** -----
3 -----**ACTA NÚMERO QUATRO / DOIS MIL E VINTE E DOIS** -----
4 -----**COMPOSIÇÃO DA MESA:** -----
5 - **Presidente** – Élio Anes leal;-----
6 - **Primeiro Secretário** – Vanda Ferreira Nunes Laura;-----
7 - **Segundo Secretário** – Sandra Isabel Gomes Barros; -----
8 -----**PRESENCAS:** Estiveram presentes: -----
9 - Luís Alberto Camilo Duarte;-----
10 - Milene Sofia dos Santos Monteiro da Silva; -----
11 - Bruno Emílio Rocha Correia; -----
12 - António Joaquim Correia Fialho Marcelino;-----
13 - José Victor Ribeiro da Silva; -----
14 - Maria Margarida Ferreira Marques; -----
15 - Sandra Isabel Gomes Barros;-----
16 - Maria da Graça Romão Jesus Rua; -----
17 - Américo José Ferreira Hermano; -----
18 - Élio Anes Leal; -----
19 - Vanda ferreira Nunes Laura;-----
20 - Adriana Filipa Martins Cruz; -----
21 - Alexandra Filipa Lopes Figueiredo; -----
22 - Joaquim Marcos Rodrigues Henriques;-----
23 - Luís Francisco Campos e Silva; -----
24 - Pedro Filipe Lopes Casimiro;-----
25 - Ricardo José Henriques Daniel; -----
26 - Vitória Maria Cardoso Pereira; -----
27 - Gonçalo Manuel Patriarca Monteiro; -----
28 - Norberto José Brunheta;-----
29 - Rute Isabel Rodrigues de Oliveira;-----
30 - Presidente da União das Freguesias do Bombarral e Vale Covo Sérgio Manuel
31 Silva Duarte;-----
32 - Presidente da Junta de Freguesia do Carvalhal João Manuel Gomes Mendonça; --
33 - Presidente da Junta de Freguesia da Roliça Michelle Louise Aniceto Bispo; -----
34 - Presidente da Junta de Freguesia do Pó Álvaro José Monteiro Benjamim; -----
35 -----**OUTRAS PRESENCAS:** Estiveram igualmente presentes: -----
36 - O senhor Presidente da Câmara Ricardo Manuel da Silva Fernandes;-----
37 - A senhora vereadora Maria de Fátima Sá Coelho; -----
38 - O senhor vereador Nuno Alexandre Gomes Vicente; -----
39 - O senhor vereador Bruno António Martins Santos;-----
40 - O senhor vereador Selma Ferreira Presado Santos;-----
41 - O senhor vereador João Miguel Castanheira Silva; -----
42 - O senhor vereador Alberto Ricardo Pereira da Franca; -----

ACTA N.º 04/2022 – Reunião de 23 de Setembro de 2022

43 - O chefe da Divisão do Potencial Humano e Administração Geral João Paulo
44 Mergulhão; -----
45 - A chefe da Divisão de Obras e Planeamento Urbanístico Isabel Maria Martins
46 Policarpo. -----
47 - A responsável pela Unidade Orgânica de Gestão Financeira Sandra Carminda Lino
48 Pereira;--- -----
49 - O técnico superior Nuno Fernando Carreira Taborda Ferreira; -----
50 - O técnico superior jurista Tiago José Leitão Pereira Santos;-----
51 - O técnico de informática Igor Filipe Alexandre Costa Lemos.-----
52 - O técnico superior Pedro Miguel Nunes Correia;-----
53 -----Pelas 21:14 horas o senhor Presidente da Assembleia, declarou aberta a
54 sessão que decorreu no salão nobre do edifício dos Paços do Município. -----
55 -----ACTA 03/2022: Depois de lida e achada conforme foi deliberado por
56 unanimidade aprovar a acta 03/2022 da sessão do dia 24 de Junho de 2022.-----
57 -----EXPEDIENTE: O senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento do
58 expediente recebido e que se encontra à disposição de quem o pretenda consultar
59 na secretaria da Assembleia Municipal. -----
60 -----RECOMENDAÇÃO: Foi presente a seguinte proposta de recomendação
61 do grupo municipal do PSD. “Considerando o devastador impacto social que a
62 pandemia de SARS-CoV-2 tem causado no tecido socioeconómico nacional e
63 regional; considerando o acentuado aumento do valor da inflação que se tem
64 verificado recentemente e cuja tendência parece manter-se; considerando a
65 ocorrência europeia e mundial de aumento do preço da energia, com reflexo no
66 custo dos bens essenciais; considerando que os factos acima enunciados estão a
67 gerar, de forma acentuada e crescente, dificuldades de subsistência junto das
68 classes mais desfavorecidas e, tendo em conta os elevados recursos financeiros ao
69 dispor do Município do Bombarral e a louvável sensibilidade manifestada pelo
70 executivo da Câmara Municipal do Bombarral relativamente aos assuntos de cariz
71 marcadamente social, vem, o Grupo do PSD na Assembleia Municipal do Bombarral
72 propor a este plenário a aprovação de uma Recomendação com o seguinte teor: “Os
73 cidadãos do concelho de Bombarral, democraticamente representados na respetiva
74 Assembleia Municipal, vêm recomendar ao Executivo da Câmara Municipal deste
75 concelho a elaboração de um Plano de Emergência Social para acudir às
76 dificuldades dos cidadãos mais carenciados e assim mitigar os efeitos adversos da
77 crise económica e social que se tem vindo a agravar. Toma-se como certo que os
78 recursos a afetar a esta ação serão adequados à equilibrada gestão financeira do
79 Município e que as medidas a adotar sejam alvo do consenso possível.”-----
80 -----O senhor Luís Duarte (PS)) disse que, gostava de saber da parte da
81 Câmara Municipal quais são os instrumentos dos quais estamos munidos e já estão
82 no terreno e aquilo que, em termos de pensamento futuro, está a ser pensado para
83 o Município implementar, precisamente numa conjuntura que se agravou. -----
84 -----O senhor Presidente da Câmara disse que, sem dúvida que tudo isto se
85 complicou, como todos sabem, relativamente a várias situações que não só vêm

ACTA N.º 04/2022 – Reunião de 23 de Setembro de 2022

86 ainda da própria pandemia, mas também com a exacerbação da invasão da
87 Ucrânia, e, portanto, tudo isto faz com que, de facto, as coisas não tenham sido
88 fáceis e mesmo de Junho para cá têm sido mais complicadas do ponto de vista
89 geral. Os apoios que temos que referir em primeiro lugar, são todos os apoios da
90 administração central e do Governo em que todos nós estamos completamente,
91 digamos, informados sobre essa matéria no que diz respeito a variadíssimas baixas
92 de impostos e de taxas referentes fundamentalmente aos produtos petrolíferos e
93 outros. Mas naquilo que mais nos interessa que é a resposta social da Câmara
94 Municipal do Bombarral são, de facto, variados estes apoios sociais que podem
95 passar também para o fundo de emergência social obviamente, mas por algum
96 apoio de eventuais rendas de casa em atraso, rendas das próprias habitações de
97 pessoas que estão numa situação mais debilitada, como é óbvio, continuamos o que
98 há a dizer sobre isto é incontornável. Continuamos com o Banco Alimentar
99 distribuído nas mais diversas localidades e aldeias do nosso concelho e na própria
100 sede do concelho. Continuamos com o programa Abem como todos sabem que é
101 também de extrema importância para os mais carenciados. Continuamos com a
102 tarifa social da água, mas também acompanhando as necessidades das famílias, no
103 acompanhamento das suas crianças em idade escolar participante por inteiro o
104 Estado, por um lado, os manuais, nós, por outro lado, as fichas dos próprios alunos.
105 E ainda outra situação que não se pode escamotear, que é a participação do
106 PART. PART, para quem não souber não estiver mais atento ao programa de apoio,
107 à redução tarifária que faz com que todos os nossos municípios, e não são poucos,
108 que trabalham em Lisboa e estudantes e que habitualmente fazem o trajeto
109 Bombarral, Lisboa, Lisboa, Bombarral, neste momento, como sabem, de um passe
110 de 180 euros, passou para exatamente 80 euros, portanto, vejam a diferença. Isto,
111 como é óbvio, é participado pelos municípios. A própria câmara está a ser
112 também, como podem imaginar, vítima desta alta de inflação. Como é lógico que
113 todos sabem como estão os preços dos combustíveis, como está o gás, como está
114 a eletricidade. De facto, temos em mente toda outra panóplia de apoios,
115 nomeadamente na questão do investimento em requalificar e construir através de
116 uma requalificação, uma creche que, de facto, é um equipamento que muita falta
117 está a fazer há muito tempo no nosso concelho.-----

118 -----O senhor Luís Duarte (PS)) disse que, da parte do PS, uma
119 recomendação com este teor e com o objeto a que se propõe, é óbvio que nós
120 subscrevemos também a recomendação. Com os vários instrumentos que o senhor
121 Presidente anunciou a emergência social já está no terreno e, inclusive, está no
122 próprio orçamento a necessidade de reforçar essas áreas. O Banco Alimentar é
123 fundamental e importante no nosso concelho. Só para lembrar que a Santa Casa da
124 Misericórdia apoia cento e vinte famílias com alimentos, duas distribuições por mês
125 com alimentos mais diversos e vinte utentes que diariamente vão buscar almoços e
126 jantares. Não que isso seja uma grande medalha para o nosso concelho, mas o que
127 é certo é que é esta a realidade e nós participamos ativamente também no apoio
128 social do concelho. É importante que esta recomendação seja atendida, porque,

ACTA N.º 04/2022 – Reunião de 23 de Setembro de 2022

129 inegavelmente estamos a passar por momentos complicadíssimos para as
130 populações mais vulneráveis. Proponho que as medidas existentes e outras sejam
131 aprofundadas, aparecendo um pacote bem visível e que seja bem apresentado à
132 população do nosso concelho, de forma a que a população sinta diretamente e que,
133 ao mesmo tempo, consiga ter a perceção correta daquilo que são os instrumentos
134 que, nós sabemos que muitas vezes passam ao lado porque não têm conhecimento
135 dos mesmos.-----

136 -----O senhor Luís Campos (PSD) disse que, na sequência da intervenção do
137 senhor Luís Duarte, só para dizer que o PSD também está disponível, caso seja
138 necessário fazer uma revisão orçamental. Claro que damos todo o apoio a essa
139 revisão orçamental no sentido de tomar alguma medida que seja necessário. -----

140 -----Foi deliberado por unanimidade e em minuta aprovar a recomendação
141 supratranscrita. -----

142 -----O senhor José Vítor Silva (PS) disse que “Portugal sempre foi referido
143 como um destino com gente afável e respeitadora dos direitos dos imigrantes.
144 Contudo, nos últimos anos, temos dado conta das condições de exploração e abuso
145 que alguns empresários que, a troco de lucro fácil, têm sujeitado muitos imigrantes,
146 aproveitando a sua vulnerabilidade económica e legal. Estas situações de
147 desumanidade passam pelo auxílio à imigração ilegal, angariação de mão de obra
148 ilegal e tráfico humano, sujeitando os imigrantes a trabalharem em condições
149 indignas, auferindo valores bem abaixo do salário mínimo nacional, em muitos casos
150 com valores totalmente indignos, bem próximos daquilo a que se possa chamar
151 escravidão laboral. Infelizmente, estes casos já acontecem na nossa região, onde
152 alguns empresários, carentes de mão de obra nacional, contratam empresas de
153 trabalho temporário, algumas delas sedeadas também no nosso concelho, para
154 fornecerem força de trabalho para as suas explorações. Algumas das empresas de
155 trabalho temporário são criadas por cidadãos estrangeiros que promovem o
156 recrutamento sob a promessa de transporte, alojamento e alimentação, a troco de
157 um salário regular com direito a horário de trabalho, subsídio de alimentação, folgas
158 e férias – tudo constando de um contrato de trabalho que lhes garante autorização
159 temporária de residência, abrindo a via, para, mais tarde, poderem supostamente
160 obter a nacionalidade portuguesa. Com receio de perderem estas promessas, os
161 trabalhadores sujeitam-se a todo o tipo de condições e receiam fazer qualquer tipo
162 de denúncia, sendo acomodados em casas próprias ou arrendadas pelos próprios
163 empregadores, junto às explorações, sem as mínimas condições de higiene e
164 salubridade, e em instalações sobrelotadas, sujeitando-se ao pagamento do
165 arrendamento, por vezes deduzido aos salários já indignos dos trabalhadores. Em
166 alguns casos, a inscrição na segurança social é fictícia. O relatório anual
167 do Departamento de Estado norte-americano sobre a situação dos direitos humanos
168 no mundo já destaca casos de tráfico humano para exploração económica em
169 Portugal, sendo vítimas imigrantes de países como a Índia e o Paquistão, a
170 Moldávia e a Roménia e o Brasil, e recentemente, Timor-Leste. Estas pessoas, cujo
171 contributo é tão necessário à boa saúde da economia regional, encontram-se em

ACTA N.º 04/2022 – Reunião de 23 de Setembro de 2022

172 circunstâncias de verdadeira exploração laboral, e na dependência quase absoluta
173 dos angariadores. Este tipo de atuação não só prejudica a imagem da região, como
174 poderá a médio prazo prejudicar a comercialização dos produtos concelhios para
175 mercados externos bem mais sensíveis ao respeito e dignidade do ser humano.
176 Ainda este mês uma IPSS do concelho e a Câmara Municipal do Bombarral tiveram
177 de acudir socialmente a dezenas de jovens timorenses, que terminada a jornada de
178 trabalho, viram-se sem locais para pernoitar. A dignidade do ser humano é um valor
179 irreversível das políticas socialistas e sociais-democratas e, não menos, da
180 democracia cristã. Contudo, não cabe às autarquias acudir a este problema
181 social e o grupo municipal do Partido Socialista, solidarizando-se com todos aqueles
182 que, de qualquer forma, não são respeitados na sua dignidade, apela a que deverão
183 ser as autoridades competentes – quer àquelas a quem cabe a fiscalização das
184 condições do trabalho, quer às autoridades criminais, quer aos serviços de
185 estrangeiros – que fiscalizem, investiguem e punam, de acordo com a sua
186 competência e nos termos da lei, as entidades e pessoas responsáveis por este tipo
187 de atuação, não raro, criminosa. “-----

188 -----O senhor Presente da União de Freguesias de Bombarral e Vale Covo, na
189 qualidade de Presidente da Comissão Municipal de Urbanismo e Ordenamento do
190 Território, disse que a Comissão de Urbanismo e Ordenamento do Território tomou
191 posse a 30 de Junho, tendo sido eleitos para presidente da mesma o Presidente da
192 União de Freguesias de Bombarral e Vale Covo e como secretária a senhora Rute
193 Oliveira. Reuniu seguidamente no dia 22 de Julho para analisar o ponto de situação
194 da obra do Palácio Gorjão, da obra do IVV, da obra do Caminho das Escolas –
195 PAMUS, do PDM e do RMOU, ficando uma especial preocupação em relação ao
196 evoluir da primeira. Ficou de, no final de setembro, se agendar uma visita às obras
197 do palácio gorjão e do IVV, estando a aguardar uma resposta de senhora chefe da
198 divisão de obras. -----

199 -----O senhor Norberto Brunheta (CDS) disse que, gostava de ter a opinião do
200 senhor Presidente sobre a tomada de posição pública dos outros municípios do
201 Oeste, em concreto das Caldas da Rainha apoiado pelo Município de Rio Maior,
202 quanto à localização do novo Hospital do Oeste. A princípio, aquando da
203 apresentação dos resultados do estudo, parecia existir um amplo consenso entre os
204 doze municípios, mas parece que, afinal, as coisas não são bem assim e é nesse
205 sentido que gostava de ouvir a opinião do senhor Presidente. Gostava de fazer
206 ainda uma observação em relação a um orçamento participativo que considero ter
207 uma fraca promoção, uma vez que termina já neste mês, atendendo aos meios que
208 o Município dispõe para a divulgação e promoção. Pretendemos que as
209 comunidades sejam participativas e o Município devia apostar mais neste ponto.----

210 -----O senhor Ricardo Daniel (PSD) disse que, a minha intervenção vem no
211 seguimento da intervenção do senhor Presidente da Comissão de Urbanismo e
212 Ordenamento do Território. Eu estive presente, não sou membro efetivo, mas estive
213 presente na primeira reunião de trabalho em Julho e estava a aguardar que o
214 presidente desta comissão fizesse algumas perguntas relativamente ao Palácio

ACTA N.º 04/2022 – Reunião de 23 de Setembro de 2022

215 Gorjão, porque nós ficamos muito preocupados pelos esclarecimentos que foram
216 feitos e muito bem pela senhora Chefe de Divisão. Tanto a senhora Chefe de
217 Divisão, como o Chefe de Gabinete, foram muito claros e precisos nos
218 esclarecimentos que prestaram nessa comissão. Nós ficamos todos muito
219 preocupados, porque, segundo as palavras da senhora Chefe de Divisão, ia haver
220 um passo decisivo na estrutura do edifício, nomeadamente a parte do betão, que
221 era no princípio de Setembro, se não estou em erro, e que até essa fase o edifício
222 poderia até estar em perigo, não foi bem estas as palavras dela, mas o meu
223 entendimento e de muitos dos nossos colegas é que o edifício poderia estar com
224 algum perigo, relativamente a esta fase, se a mesma não fosse bem feita, por isso,
225 eu gostava que o senhor Presidente da Câmara nos esclarecesse relativamente a
226 este ponto, se essa fase já começou e como decorreu. É um edifício muito
227 emblemático, como todos sabemos, no Bombarral e também nessa reunião ficou
228 claro que estamos a perder um pouco a oportunidade, porque estamos a recuperar
229 realmente um edifício público, mas não estamos a recuperar um museu porque o
230 projeto parece não estar adequado ao museu, mas isso é outra história. -----
231 -----A senhora D. Margarida Marques (PS) disse que gostaria de referir dois
232 pontos. O primeiro ponto tem a ver com a intervenção do senhor José Vítor Silva,
233 que acho que foi uma intervenção muito importante e que, da minha parte, também
234 agradeço ter sido feita em nome do grupo parlamentar do PS. Mas porque a
235 questão dos direitos humanos é uma questão que não pode ser posta em causa em
236 circunstância nenhuma e todos os cidadãos independente da sua origem, etnia,
237 nacionalidade, têm direito a ver respeitados os seus direitos humanos e é por isso
238 que eu acho que a intervenção do senhor José Vítor deve ter uma continuação, ou
239 seja, havendo casos concretos que referiu, deve haver uma queixa junto da
240 inspeção das condições de trabalho. Penso que isso é a forma de dar continuidade
241 à questão que levantou aqui. Num segundo ponto que eu gostaria de colocar
242 prende-se com o convite que fiz a todos os eleitos neste concelho, nas juntas de
243 freguesia, na Assembleia Municipal, no executivo municipal, de integrarem uma
244 visita a Bruxelas ao Parlamento Europeu e às instituições europeias. Precisávamos
245 de ter uma resposta até ao dia penso que 10 ou 11 de Outubro, sendo que a viagem
246 se fará no dia 30 de Novembro e 1 de Dezembro. Este é um convite que já tive
247 oportunidade de fazer aqui na primeira Assembleia Municipal, mas estou aqui agora
248 explicitamente primeiro para lembrar as datas, porque não somos nós que
249 organizamos são os próprios serviços do Parlamento Europeu que organizam e têm
250 que ter a informação e dados, por um lado e, por outro lado, queria também deixar
251 aqui a informação que se algum dos senhores deputados ou vereador tiverem um
252 interesse especial em se encontrar com alguém ou visitar alguma instituição em
253 particular, que nos façam chegar essa informação que nós procuraremos, se for
254 possível, integrar esse contacto no programa da visita. -----
255 -----O senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu, em nome da
256 Mesa, o convite. -----

ACTA N.º 04/2022 – Reunião de 23 de Setembro de 2022

257 -----O senhor Presidente da Câmara disse que começaria, como é óbvio, pela
258 primeira intervenção que foi feita neste período antes da ordem do dia e que, de
259 facto, reflete a situação complicada, tanto do ponto de vista social como humano
260 que nos coube em sorte, desta vez, e suponho que não, que não vai parar. Todos
261 se lembrarão daquilo que se passou em Odemira no ano passado e que, no fundo,
262 nos envergonha como povo e como país, ao tratar mal os nossos imigrantes,
263 aqueles que nos procuram, porque nós também fomos um país e somos ainda um
264 país de emigrantes, a diáspora portuguesa em vários sítios do mundo é
265 extraordinariamente grande e é por isso que tudo isto faz com que este fenómeno,
266 esta migração dos trabalhadores recrutados por empresas de trabalho temporário,
267 na maioria criadas por outros compatriotas, muitas vezes em que prometem
268 alojamento, prometem contratos de trabalho e ao fim ao cabo, nada disto é
269 respeitado e depois estes imigrantes vêm-se ou na rua ou muitas vezes também em
270 situações de sobrelotação de residências, como foi o caso que foi relatado há
271 poucos dias e que nós tivemos que responder perante alguns vários, neste caso
272 timorenses, tanto homens como mulheres no nosso concelho. Todas estas
273 situações foram transmitidas às entidades competentes e, logicamente que o
274 Ministério Público, neste momento, está perfeitamente conhecedor da situação e,
275 portanto, a este nível, aquilo que nós temos que fazer é exatamente isso não
276 permitir que, de facto, essas situações perdurem no tempo, no nosso concelho,
277 porque nos envergonha a todos e, principalmente, faz com que estes imigrantes se
278 sintam não pessoas, mas algo como infra, o que, de facto, não é, digamos, o nosso
279 ideal humanista. Responder também ao senhor membro da Assembleia Municipal
280 Norberto Brunheta que refere através da situação do Hospital do Oeste a questão
281 de Caldas da Rainha e Rio Maior. Em primeiro lugar, nunca vi em lado nenhum a
282 situação de Rio Maior escrutinada, seja onde for e, portanto, isso é um dado novo. É
283 um dado que foi apresentado por um concelho vizinho e amigo. Sei perfeitamente
284 que o meu colega de Caldas da Rainha está a tentar introduzir uma variável neste
285 nesta situação para de alguma forma, puxar para Norte o hospital. Eu não queria
286 referir muito estes episódios, porque aquilo que eu vos posso referir é apenas e só
287 uma coisa, aquilo que foi combinado entre os 12 municípios do Oeste em Abril de
288 2021, foi, como já referi várias vezes, a encomenda de um estudo a uma entidade
289 por concurso público internacional referente ao estudo, tanto da localização como do
290 dimensionamento do Hospital do Oeste. Quem ganhou este concurso foi a
291 Universidade Nova, uma universidade acima de qualquer tipo de situação e
292 extremamente competente, como todos sabem, é extremamente transparente e tudo
293 aquilo que faz com que a decisão relativamente a um estudo técnico-científico,
294 conduza e possa conduzir e essa a combinação com os 12 municípios de depois de
295 acabar o estudo ou pelo menos quando houvesse situações, como foi o caso, de
296 estudos intercalares se entregasse esses mesmos estudos tanto à tutela, neste
297 caso o Ministério da Saúde, como também ao senhor primeiro-ministro, isso foi feito,
298 foi feito em devido tempo. O estudo intercalar, como todos sabem qual foi o
299 resultado, mas eu fundamentalmente, não quero falar muito sobre o resultado. Se

ACTA N.º 04/2022 – Reunião de 23 de Setembro de 2022

300 querem que vos diga, neste momento, é a possibilidade exatamente de o Hospital
301 do Oeste ser uma realidade. Estamos a falar de uma realidade a 10 anos. Não
302 estamos a falar de uma realidade a 3, 4, 5, 6. Não, estamos a falar de uma realidade
303 a 10 anos que é incontornável. O caminho faz-se caminhando, mas o que é preciso,
304 de facto, isso é a situação em que eu, particularmente eu como Presidente de
305 Câmara do Bombarral me empenhei e ando empenhado há imenso tempo na
306 sensibilização de todos os agentes políticos para a introdução desta rubrica no
307 orçamento para 2023. Isso para mim ao dia de hoje é o que há de mais importante
308 nesta matéria, nesta problemática do Hospital do Oeste. Depois, a questão ainda
309 colocada pelo mesmo membro da Assembleia Municipal do orçamento participativo.
310 Bom, o orçamento participativo é da autoria a do Partido Socialista enquanto
311 Governo desta Câmara Municipal, fomos nós que introduzimos pela primeira vez.
312 Vamos lá ver, de facto, o nosso concelho, infelizmente, não tem um único órgão de
313 comunicação social. É lamentável. É lamentável a todos os níveis. É lamentável,
314 mas é essa realidade e, portanto, temos feito de tudo para que a informação chegue
315 em tempo útil com os meios que temos, os meios que temos, como conhecem são
316 parques, passam por redes sociais, passam por boletins municipais, mas, de facto, a
317 informação num concelho em que não há um único órgão de comunicação social.,
318 não há um jornal, não há uma rádio e claro que nem pouco mais ou menos televisão
319 e, portanto, é muito difícil, acreditem, fazer passar muitas vezes a informação.
320 Temo-lo feito, temos feito, mas também é preciso que, no fundo, os nossos
321 munícipes, de facto, se interessem verdadeiramente por este instrumento, que é um
322 instrumento do que há de mais democrático. É importante fazer com que a sua
323 participação seja validada pelos seus conterrâneos, de forma a que alguma ideia,
324 alguma obra, possa surgir com essa eleição no que diz respeito a algum projeto do
325 orçamento participativo, seja ele qual for, vinda de uma associação ou vinda de um
326 particular. Temos estas duas variáveis, como sabem que estes dois programas.
327 Estamos a tentar ainda assim apetrechar-nos de algo mais significativo para passar
328 a informação. Vamos ver, estamos a negociar essa situação, não posso adiantar
329 muito mais neste momento, porque nada há ao dia de hoje, estamos a estudar a
330 situação, estão a fazer os vários contactos para que, em tempo real, essa
331 informação possa surgir mais atempadamente e mais rapidamente aos nossos
332 munícipes. E sobre esta questão do orçamento participativo que se me oferece
333 dizer. Atenção, não se esqueçam de votar até ao dia 30 de Setembro no projeto que
334 mais vos disser. No que diz respeito à questão a colocada pelo senhor membro da
335 Assembleia Municipal, Ricardo Daniel, a problemática do Palácio do Gorjão, ora
336 bem, tem sido realmente uma grande dor de cabeça, como tenho explicado ao longo
337 destes últimos meses, uma grande dor de cabeça para todos, quiçá, principalmente
338 até para a senhora chefe de divisão aqui presente, a engenheira Isabel Policarpo,
339 porque, de facto, tem sido um martírio. Fui convocado há cerca de um mês, um mês
340 e pouco, pela senhora Presidente da CCDR centro, doutora Isabel Damasceno para
341 reunir em Coimbra, a propósito, exatamente de todos estes financiamentos,
342 principalmente o Palácio Gorjão, uma vez que lá regem-se por números e os

ACTA N.º 04/2022 – Reunião de 23 de Setembro de 2022

343 números muitas vezes são assustadores e estou a falar da taxa de execução, como
344 sabem, o Portugal 2020 está no seu limite. Está, enfim, a acabar. Já acabou. Agora
345 tem havido as prorrogações para, de facto, acabar impreterivelmente até ao próximo
346 ano 2023. Sabendo pouco ainda acerca do que vem a seguir, mas o que vem a
347 seguir nunca é nada de bom, muito pelo contrário, o que é que nós temos procurado
348 fazer, temos procurado de alguma forma nós próprios aferir da possibilidade de
349 realmente terminar esta obra com a mesma empresa que tem, enfim, feito o trabalho
350 que tem feito. Temos ultimamente dialogado. Temos alguns dados novos que tenho
351 de dizer que podem de alguma maneira clarificar aqui e haver um volte-face nesta
352 situação do Palácio Gorrão. Aquilo que eu vos posso dizer ao dia de hoje, 23 de
353 Setembro, é que na próxima Assembleia Municipal em Dezembro já poderei
354 clarificar exatamente tudo acerca desta situação, ou seja, temos no fundo dois
355 meses para clarificar muitas das coisas que estão em cima da mesa e que são de
356 uma extrema sensibilidade, como todos nós sabemos e foi referido pelo seu
357 membro da Assembleia, Ricardo Daniel De facto é um monumento e é um imóvel
358 importantíssimo no nosso concelho como é óbvio, para as mais diversas atividades
359 e, portanto, aquilo que eu vos posso dizer ao dia de hoje é que temos dois meses
360 aqui assim, para clarificar tudo acerca desta problemática. Sublinhar a senhora
361 membro da Assembleia Municipal Margarida Marques sobre esta questão que eu
362 sublinho inteiramente a sua referência sobre os direitos humanos que eu subscrevo
363 na íntegra. E, além do mais, também o convite que fez e que eu próprio também,
364 junto com o senhor Presidente da Assembleia, muito agradeço, muito agradecemos.
365 Sobre a questão da visita a Bruxelas temos que começar a agilizar e, portanto,
366 vamos arranjar aqui uma, agora, está muito na moda dizer, *Task Force* para, de
367 facto, compor o puzzle, ver da disponibilidade de cada um, porque pode haver
368 pessoas que possam, eventualmente, infelizmente, não poder ir e, portanto, temos
369 que começar a agilizar toda esta viagem. Mais uma vez, sublinho e agradeço
370 imenso, é um convite de alguma forma, até único. -----
371 -----O senhor Luís Campos (PSD) disse que, queria aqui dizer algumas coisas
372 relativamente à intervenção do senhor José Vítor Silva. Eu também não posso
373 deixar de dizer, na realidade, que algumas empresas de mão de obra temporária
374 sediadas no Bombarral, daquelas que eu conheço, não são de bombarralenses, são
375 dos próprios conterrâneos, indivíduos da mesma nacionalidade dos imigrantes que
376 cá estão. Os ordenados são pagos pelas empresas. Portanto, não são as nossas
377 empresas que contratam diretamente essa mão de obra temporária, só pagam à
378 empresa de mão de obra temporária. As nossas empresas bombarralenses nada
379 têm a ver com isso. Portanto, isso é uma coisa que é de salientar, porque, às vezes
380 pode ficar aqui no ar que somos nós bombarralenses, quando as empresas que
381 estão a fazer essa exploração não são de cá, isso tem de ficar bem claro. Há uma
382 coisa que algumas entidades nacionais, e a Câmara também pode, que é a
383 sobrelotação das moradias dos locais onde eles estão a habitar, alguns sem licença,
384 outros não têm licença para habitação, são armazéns. Posso dar um exemplo de um
385 quarto que tinha cinco metros quadrados e tinha sete pessoas lá dentro, portanto,

ACTA N.º 04/2022 – Reunião de 23 de Setembro de 2022

386 isto é uma coisa do outro mundo. É preocupante e acho bem que a câmara,
387 juntamente com as entidades nacionais, faça um forcing perante essas entidades
388 nacionais para que realmente se corrija isto, porque é mau para nós o que
389 aconteceu. Podem vir aqui as televisões de um dia para o outro e dizer que na Pera
390 Rocha são exploradores, os agricultores são os novos exploradores. Portanto, isso é
391 bom ser clarificado, que vá para a frente e que haja uma mão pesada para isso.
392 Quanto ao hospital, quero adiantar que ontem estive presente numa reunião na
393 OesteCim para tomar posse numa das comissões, que vai ser a Comissão de
394 Saúde e depois falou-se sobre a situação da saúde no Oeste. Vai haver uma sessão
395 extraordinária da Assembleia intermunicipal só sobre saúde. É claro que, ontem,
396 logo um dos temas foi exatamente a localização no Bombarral. Na última
397 Assembleia Municipal, eu fiz uma questão ao senhor Presidente que até hoje está
398 sem resposta, ou seja, sobre o gabinete de planeamento, em que eu pedia ao
399 senhor Presidente que, relativamente às candidaturas, quais tinham sido feitas por
400 meios próprios e/ou por meios externos e quais as suas taxas de sucesso. O senhor
401 Presidente respondeu que daria a informação logo que a tivesse e por não a ter
402 naquele momento preciso, portanto, volvidos 2 meses, parece que é difícil ter a
403 resposta. Só queria salientar que nós estamos a aguardar essa resposta. Como é
404 inevitável, eu tinha que falar aqui também no Palácio Gorjão que já falei a última
405 vez. Já estamos com cerca de 15 meses de obra e devíamos ter uma taxa de
406 execução na ordem dos 83,2%. Desde Maio até Agosto a baixa taxa de execução
407 aumentou 2%, sendo que numa altura em que eram estruturas de betão a obra
408 ganha mais velocidade em termos de execução, o que torna cada vez mais
409 preocupante as coisas. Na última Assembleia, perguntei ao senhor Presidente uma
410 coisa que me preocupa, que é o período de não-retorno. Eu acho que, neste
411 momento, chegámos ao período não retorno. Ou se toma uma atitude já rápido, ou
412 então isto vai descambar. Tenho a informação que, alguém desta empresa atual
413 disse que esta obra fica pronta para os finais de 2024. Isto foi dito por alguém deles
414 e foi dito num local público, alguém estava ao lado, ouviu e ligou-me, portanto, não
415 fui eu que disse. Portanto, é bom que se tire umas ilações sobre isso e que veja o
416 que é que se está aqui a passar. -----
417 -----O senhor Norberto Brunheta (CDS) disse que, quando referi o Município
418 de Rio Maior, era como apoiante das Caldas da Rainha, não interpretei na
419 comunicação social como uma nova localização. Rio Maior aparecia
420 especificamente como uma apoiante. A localização era no Município de Caldas da
421 Rainha. -----
422 -----O senhor Presidente da Câmara disse que no fundo, estar aqui a
423 sublinhar o que o seu membro da Assembleia Municipal Luís Campos acaba de
424 referir relativamente à questão dos tais do tal quarto de cinco metros quadrados que
425 tinha sete pessoas. Aquilo que foi detetado nesta situação, posso dizer que foi cerca
426 de vinte e seis pessoas na aldeia da Columbeira no nosso concelho e, portanto,
427 pode ver que o ponto a que chegou, portanto, é esta a situação que nós temos o dia
428 de hoje e é isto que nós vamos fazer e fizemos chegar às autoridades competentes,

ACTA N.º 04/2022 – Reunião de 23 de Setembro de 2022

429 como é óbvio. De repente, a um fim de dia, temos uma dezena de pessoas aqui à
430 porta da nossa Câmara Municipal, com o apoio não sei de quem que desloca estas
431 pessoas e os deposita aqui na Câmara Municipal, portanto, tivemos que dar
432 imediatamente a resposta a esta situação, como é óbvio, com mais uma vez e
433 muito, agradeço a mais uma IPSS do nosso concelho, que é a Santa Casa da
434 Misericórdia do Bombarral que imediatamente tratou das refeições para estas
435 pessoas. homens e mulheres, que não tinham relações sequer familiares entre uns
436 e outros. Tivemos que colocar as pessoas em residenciais para que pudessem
437 pernoitar e depois encaminhá-las para locais onde tenham pessoas conhecidas ou
438 amigas para se deslocarem. Enfim, isto tem sido, de facto, um desafio muito grande
439 que nos tem sido colocado e a que estamos de alguma forma a conseguir dar
440 resposta, mas atenção, uma resposta sempre limitada, dada a nossa capacidade
441 também limitada, mas naquilo que pudermos nunca haverá ninguém a ficar para
442 trás. Em relação a esta questão das candidaturas, daquela resposta que, de facto, é
443 capaz de não ter existido, a questão é mesmo essa, e um dos pontos que nós temos
444 hoje na nossa ordem de trabalhos reflete exatamente essa situação e a necessidade
445 de reforçarmos aqui e acolá, pontualmente, um ou outro serviço, dada a situação
446 exígua de colaboradores e esta é uma delas que temos que reforçar, estamos a
447 reforçar e é um dos pontos para, de facto, ver se conseguimos arranjar algumas
448 pessoas. No caso do Palácio do Gorjão, a sua análise está bem-feita e estamos
449 bem conscientes daquilo que temos ali, estamos bem conscientes. Volto a referir
450 que, de facto, vamos ter por assim dizer ter estes dois meses. É uma situação
451 mesmo muito delicada, como todos compreendem e que tem os seus custos. Estou
452 bem consciente disso, bem consciente disso. Finalmente, no caso do senhor
453 Norberto Brunheta, sim percebo Rio Maior a apoiar Caldas.-----
454 -----O senhor Luís Campos (PSD) questionou como é que está o ponto de
455 situação do processo da casa escola agrícola As Palmeiras em termos judiciais. ----
456 -----O senhor Presidente da Câmara respondeu que já está no Tribunal
457 Administrativo há mais de 10 anos, mas não está parado. A última situação foi
458 perguntarem para confirmar as testemunhas, coisa que nós fizemos com a devida
459 autorização.-----
460 -----**INFORMAÇÃO ESCRITA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E DA**
461 **INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO:**-----
462 -----O senhor Presidente da Câmara disse que no que diz respeito a esta
463 informação escrita, tanto sobre a atividade municipal como sobre a informação
464 financeira, aquilo que há a dizer é que ao dia de hoje, em termos da atividade é o
465 que está aqui e não é pouco nas mais variadas situações e certamente algumas até
466 faltarão, enfim, mas de toda a nossa ação, mas estas são as mais significativas. No
467 que diz respeito à informação financeira encontra-se a Câmara Municipal de boa
468 saúde financeira e, como tal, à espera que comecem a chover mais autos sobre as
469 obras que estão a decorrer para, de facto, darmos continuidade e aumentarmos
470 imenso a taxa de execução.-----

ACTA N.º 04/2022 – Reunião de 23 de Setembro de 2022

471 -----**ELEIÇÃO DE UM DOS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA**
472 **MUNICIPAL NA COMISSÃO ALARGADA DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE**
473 **CRIANÇAS E JOVENS:**-----

474 -----PROPOSTA A: O grupo municipal do PSD apresentou a seguinte
475 proposta: “Vem o grupo do PSD da Assembleia Municipal do Bombarral, propor para
476 representante na Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e
477 Jovens, Adriana Filipa Martins Cruz, tendo um currículo ajustado ao cargo e que é o
478 seguinte: Licenciada em Serviço Social pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e
479 Políticas desde 2016, desde 2019 com o curso de Mediação Familiar pelo Instituto
480 português de Mediação Familiar e o curso de TAV (técnica de apoio à vítima) desde
481 2021, tendo ainda várias formações em várias áreas sociais. Tem como experiência
482 profissional, estágio curricular na CPCJ Lisboa Centro em 2016, tendo nesse
483 mesmo ano integrado a equipa da RLIS Alenquer (rede local de intervenção social)
484 como elemento destacado para a CPJC de Alenquer, onde integrou a equipa na
485 Comissão Restrita durante 3 anos com gestão processual e todo o trabalho inerente
486 à comissão Restrita. Realizou nesse âmbito a formação da Comissão Nacional para
487 as CPCJ. No fim do ano de 2019 integrou a equipa do Serviço de Atendimento e
488 Acompanhamento Social (SAAS) do concelho de Alenquer onde desempenhou
489 funções na ação social até julho deste ano. Atualmente exerce funções de diretora
490 técnica na Associação de Solidariedade Social do Pó.”-----

491 -----PROPOSTA B: A senhora Rute Oliveira (Independente) apresentou a
492 seguinte proposta: “Eu, Rute Oliveira, membro independente desta Assembleia
493 Municipal, venho propor para votação, a minha candidatura a representante da
494 Assembleia Municipal na Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças
495 e Jovens, como consta no presente ponto dois da ordem de trabalhos desta sessão
496 ordinária. Considero que reúno as competências necessárias para representar esta
497 comissão, uma vez que estou inteiramente ligada ao setor da educação como
498 professora do ensino básico. Deste modo, apresento conhecimentos ligados à
499 promoção dos direitos e prevenção de crianças e jovens na comunidade envolvente,
500 conhecendo as dificuldades inerentes nos dias que decorrem no âmbito profissional.
501 Neste sentido, o trabalho direto com as famílias e a proteção de situações de
502 crianças ou jovens em risco, deve ser uma realidade em que a pessoa que se
503 encontra ligada a esta comissão – CPCJ, domine minimamente e consiga
504 representar ativamente com sensibilidade, de forma a criar as condições essenciais
505 para o bem-estar e desenvolvimento integral dos jovens.”-----

506 -----Efetuada votação por escrutínio secreto, verificaram-se treze votos na
507 proposta A e doze votos na proposta B, pelo que ficou eleita a senhora Adriana
508 Filipa Martins Cruz. -----

509 -----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.

510 -----**PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUPLEMENTO DE PENOSIDADE E**
511 **INSALUBRIDADE:**-----

512 -----Foi presente a seguinte proposta da Câmara Municipal: “Considerando
513 que: O Decreto-Lei n.º 93/2021, de 9 de novembro estabeleceu as condições para a

ACTA N.º 04/2022 – Reunião de 23 de Setembro de 2022

514 atribuição do suplemento remuneratório de penosidade e insalubridade para os
515 trabalhadores integrados na carreira de assistente operacional no que respeita às
516 áreas de recolha e tratamento de resíduos e tratamento de efluentes, higiene
517 urbana, do saneamento, dos procedimentos de inumações, exumações,
518 transladações, cremação, abertura e arranjo de sepulturas, limpeza de canis e
519 recolha de cadáveres de animais, bem como o asfaltamento de rodovias, de que
520 resulte comprovada sobrecarga funcional que resulte comprovada sobrecarga física
521 que potencie o aumento da probabilidade de ocorrência de lesão ou um risco
522 potencial agravado de degradação do estado de saúde. A Câmara Municipal na sua
523 reunião realizada no dia 7 de setembro aprovou a minha proposta devidamente
524 fundamentada, e acompanhada da respetiva informação financeira e respetivo
525 cabimento, o parecer emitido pelo Técnico de Higiene e Segurança no Trabalho e o
526 parecer do sindicato representativo dos trabalhadores bem como a lista de funções
527 com o enquadramento previsto na Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro (LOE); O
528 n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 93/2021, de 9 de novembro refere que, o
529 dirigente máximo de cada órgão ou serviços, identifica anualmente e justifica, no
530 mapa de pessoal os postos de trabalho cuja caracterização implica o exercício de
531 funções em condições de penosidade e insalubridade; Assim, proponho que a
532 Assembleia Municipal do Bombarral delibere, para efeitos do previsto no n.º 1 do
533 artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 93/2021, de 9 de novembro, que seja anexada ao mapa
534 de pessoal para o corrente ano a lista em anexo, que contem a identificação dos
535 postos de trabalho cuja caracterização implica o exercício de funções em condições
536 de penosidade e insalubridade, bem como a restante documentação que foi
537 aprovada na reunião de Câmara.” -----

538 -----O senhor Presidente da Câmara disse que este ponto tem que, no fundo,
539 vir novamente à Assembleia Municipal, uma vez que advém da lei esta situação,
540 tanto mais que este decreto-lei número 93/2021 de 09 de Novembro estabeleceu as
541 condições para atribuição do suplemento remuneratório de penosidade e
542 insalubridade para os trabalhadores integrados na carreira de assistente operacional
543 no que respeita às áreas de recolha e tratamento de resíduos e tratamento
544 influentes, higiene urbana, saneamento, procedimento de inumações, exumações,
545 trasladações, cremação, abertura e arranjos de sepulturas, acrescentando neste
546 segundo ano de aplicação deste subsídio, a limpeza de caminhos, a recolha de
547 cadáveres de animais e o asfaltamento de rodovias e, portanto, aqui assim
548 submeter a esta Assembleia Municipal por se traduzir num aumento de encargos,
549 mas não num aumento de postos de trabalho e é por isso que também temos de
550 trazer. O relatório da comissão, neste caso externa de higiene, saúde e segurança
551 no trabalho, foi alvo de reuniões com o respetivo sindicato e depois disto tudo, teve
552 que ir a reunião de câmara e agora ser submetido, como é óbvio, aqui à Assembleia
553 Municipal. -----

554 -----O senhor Luís Campos (PSD) disse que, o PSD está sempre do lado da
555 lei e, neste caso, do lado dos funcionários. Estranhámos o facto de isto ter que ser
556 atribuído em Janeiro e estamos em Setembro, e agora é que isto vem à Assembleia

ACTA N.º 04/2022 – Reunião de 23 de Setembro de 2022

557 Municipal. Li atentamente o que nos foi enviado. Há aqui um relatório da policlínica,
558 portanto, a empresa de higiene e segurança no trabalho e está um relatório do
559 sindicato. Estranho não estar um parecer que foi pedido pelo senhor chefe de
560 divisão em 2022, portanto, é pedido um parecer acerca deste assunto e não está
561 aqui anexo. No entanto, e lendo a lei 93/2021, no artigo 3º, no seu número 2, diz
562 que tudo isto pertence ao órgão executivo sob proposta financeira sustentada do
563 respetivo Presidente da Câmara Municipal, do Presidente de Junta de Freguesia ou
564 do dirigente do órgão máximo dos serviços. Isto não tem que vir à Assembleia
565 Municipal, isto é uma competência do executivo camarário, portanto, nós não temos
566 que votar isto, a não ser que haja alguma lei que não venha aqui evocada em lado
567 nenhum que obrigue a tal. Portanto, nós pensamos que este ponto tem de ser
568 retirado por não temos que votar. -----

569 -----O senhor Gonçalo Monteiro (CDU) disse que, vinha só reforçar o pedido
570 do senhor Luís Campos em relação a isto ter de vir, ou não, à Assembleia Municipal.
571 E achamos que isto até poderia ser estendido a mais profissões ou mais cargos aqui
572 dentro da Câmara. -----

573 -----O senhor Presidente da Câmara disse que, nós temos um parecer da
574 nossa entidade externa, dos nossos advogados, que emitiu um parecer dizendo
575 exatamente que temos de trazer à Assembleia Municipal. Eu não fazia questão
576 absolutamente nenhuma, aliás, porque se isto, enfim, se isto acontecer, vamos
577 atrasar muito mais o processo, porque vai andar aqui para cima e para baixo. Agora,
578 a questão é esta, o parecer diz que tem que haver um anexo ao mapa de pessoal,
579 porque se traduz no aumento de encargos, portanto, vai haver um anexo ao mapa
580 de pessoal. -----

581 -----O senhor Luís Campos (PSD) disse que o senhor Presidente tem toda a
582 razão, o que poderá vir à Assembleia Municipal é o mapa de pessoal. O que está
583 aqui não é o mapa de pessoal. São coisas completamente diferentes. É de
584 estranhar não vir o tal parecer. -----

585 -----O senhor Presidente da Câmara disse que nós estamos na posse do
586 parecer que, de facto, deveria estar com os senhores membros da Assembleia
587 Municipal, mas se muito bem o entender, nós podemos rapidamente fazer umas
588 cópias. -----

589 -----O senhor José Vítor Silva (PS) disse que a questão se resume a uma
590 decisão de se dar um suplemento aos trabalhadores que têm direito. Se é aprovado
591 pela Assembleia ou pela Câmara é de menos importância. Portanto, se o PSD diz
592 que está a favor da lei e que quer mesmo que os trabalhadores recebam esse
593 suplemento, mesmo que possamos atropelar a lei, aqui sendo aprovado em
594 Assembleia isso não tem qualquer importância. O que interessa é a substância da
595 proposta. Portanto, neste caso, o Partido Socialista está disponível para que os
596 trabalhadores amanhã já possam receber. -----

597 -----O senhor Luís Campos (PSD) disse que, só quero dizer ao senhor José
598 Vítor Silva que não aceito este tipo de chantagens emocionais. Quem falha não é a
599 Assembleia Municipal, isto teria que ter sido aprovado em Dezembro para os

ACTA N.º 04/2022 – Reunião de 23 de Setembro de 2022

600 trabalhadores receberem em Janeiro de 2022, portanto, vamos com 10 meses de
601 atraso. Não somos nós que não quisemos pagar, mas houve alguém que não queria
602 pagar.-----

603 -----O senhor Ricardo Daniel (PSD) disse que, se for decidido que não é
604 votado aqui, a deliberação já está aprovada, já foi aprovada em câmara e, como tal,
605 a partir de segunda-feira pode ser pago aos trabalhadores, já podiam ter começado
606 a pagar há uma semana quando fizeram a reunião de câmara. Por isso, dê-se
607 cumprimento à deliberação feita pela câmara que é pagar aos trabalhadores, única
608 e exclusivamente. Nós não estamos aqui a atrasar o processo, pelo contrário. -----

609 -----O senhor Presidente da Câmara disse que, em primeiro lugar, senhor
610 membro da Assembleia Municipal, Luís Campos, era impossível pagar em Janeiro,
611 mas aqui é assim, está tudo perfeitamente cabimentado, portanto, a verba existe é
612 tudo uma questão burocrática. A verdade, nua e crua é essa, porque é este
613 procedimento e que é obrigatório ser a empresa de higiene, saúde e segurança no
614 trabalho a fazer um relatório e esse relatório provém de visitas e de estudos do
615 técnico, neste caso, era um senhor, junto dos serviços e junto dos trabalhadores e
616 depois emitir esse tal relatório. Sem dúvida nenhuma que isso demorou o seu
617 tempo, mais tempo do que eu desejava. Os trabalhadores em 2021 receberam este
618 subsídio que não é um subsídio novo e, portanto, a dada altura fica um pouco
619 incompreensível esta morosidade de processos. Por último, apenas e só dizer que
620 é, como é óbvio, os senhores se neste deste lado de cá, basear-se-iam certamente
621 no parecer do escritório de advogados que, ao emitir esse parecer nos condiciona
622 tremendamente, digamos, o pagamento e, portanto, o cumprimento deste objetivo
623 que, no fundo é pagar este subsídio de penosidade insalubridade, portanto, estamos
624 aqui numa situação em que, de facto, eu tenho que me reger, não sendo eu jurista e
625 muito menos advogado, eu tenho que me reger por aquilo que esta sociedade de
626 advogados que presta serviços externos a esta Câmara Municipal informa. -----

627 -----O senhor Norberto Brunheta (CDS) disse que, já está mais que visto que
628 os trabalhadores têm direito ao seu recebimento. Eu queria apenas questionar se o
629 pagamento vai ser retroativamente a Janeiro. -----

630 -----O senhor Presidente da Câmara disse que, basta ler a proposta que está
631 formulada e, portanto, obtém imediatamente a resposta.-----

632 -----O senhor Luís Campos (PSD) disse que, se for o entendimento do senhor
633 jurista que nós temos que votar, nós votamos, não tem problema nenhum. No
634 entanto, relativamente a 2023, é bom que se peça um parecer à CCDR, porque o
635 parecer dos advogados não sei das quantas vale tanto como vale o parecer do
636 sindicato, é exatamente igual. Portanto, para o ano, para que não haja toda esta
637 confusão, nós devemos estar bem fundamentados. Só queremos o cumprimento da
638 legalidade e que isto não venha trazer problemas. -----

639 -----O senhor Presidente da Câmara disse que tem toda a razão, a questão é
640 mesmo essa, nós para 2023 já estamos a fazer o caminho, o caminho certo. O que
641 se passou este ano, foi a inclusão daquelas tarefas daqueles funcionários que não
642 estavam na lista do ano passado e, portanto, que teve que ser totalmente tudo

ACTA N.º 04/2022 – Reunião de 23 de Setembro de 2022

643 reformulado e daí esta questão toda novamente aqui. Ainda assim a ser necessário
644 nós o que estamos a fazer é já a contratualizar para a mesma finalidade do tal
645 relatório anual da empresa de higiene e segurança e saúde no trabalho para fazer
646 quanto antes, logo no início do ano, emitir o relatório e, claro, se for caso disso, da
647 Assembleia Municipal, normalmente novamente vir à primeira sessão de Fevereiro a
648 ser necessário e a ser completamente incontornável. Essa situação terá que ser
649 dessa forma, para os trabalhadores não terem que esperar como estão à espera
650 neste ano de 2022. -----

651 -----O senhor Joaquim Marcos Henriques (PSD) disse que, acho que é um
652 pouco de lata o senhor elemento da Assembleia José Vítor, vir nomeadamente
653 invocar o atraso e que não queremos o pagamento. Nós aquilo que queremos e não
654 temos dúvidas nenhuma que é transversal a qualquer bancada, é o bem dos
655 trabalhadores, as mais-valias dos trabalhadores. Não tenhamos dúvidas. Portanto, a
656 carapuça que tentou pôr acho que só deve servir a ele próprio. -----

657 -----O senhor técnico superior jurista disse que o que foi junto foi um parecer
658 dos advogados que assessoram o Município do Bombarral e juntou-se também o
659 parecer da CCDR Norte sobre o assunto. O parecer da CCDR Norte não é
660 exatamente sobre esta questão que foi colocada, foi se poderiam pagar o subsídio
661 de trabalho noturno, mas eles elencaram todas as condições do mesmo onde
662 também refere a necessidade de ir à Assembleia Municipal. Depois falaram também
663 do subsídio e o pagamento de horas no trabalho noturno, para depois concluir que
664 nada tinha a ver com o outro e que poderão ser pagos os dois. O que foi falado, é
665 que na verdade, nas autarquias locais, a competência para definir quais as funções,
666 nos termos do decreto-lei 93/2021 de 9 de Novembro, pertence ao órgão executivo.
667 A questão é que também é dito, no número 1, que o dirigente máximo de cada
668 órgão ou serviço, tendo em conta a respetiva sustentabilidade financeira, identifica
669 anualmente e justifica no mapa de pessoal, os postos de trabalho de carreira geral
670 de assistente operacional, cuja caracterização implica exercício de funções em
671 condições de penosidade e insalubridade e é neste ponto, na questão de
672 anualmente ter que identificar no mapa de pessoal que a Assembleia Municipal é
673 competente para fazer as alterações ao mapa de pessoal. O ponto aqui se encontra,
674 porque o mapa de pessoal não consiste só nos trabalhadores dos postos de
675 trabalho, ele também implica as atribuições, a carreira, a categoria, as áreas de
676 formação académica, as modalidades de contrato e a partir do Orçamento de
677 Estado 2021 que criou este subsídio passa também a poder constar este anexo
678 onde define quem é que tem direito, quais as funções e quais os trabalhadores que
679 têm direito ou não a este subsídio. O mapa de pessoal previa uma certa despesa.
680 Uma vez que vamos ter uma série de trabalhadores com direito a subsídio com
681 retroativos a Janeiro deste ano há um acréscimo de sendo necessário fazer a
682 alteração do mapa de pessoal. A única coisa que vamos fazer é acrescentar esse
683 anexo para que essas funções, esses funcionários possam então ter direito ao
684 subsídio. -----

ACTA N.º 04/2022 – Reunião de 23 de Setembro de 2022

685 -----O senhor Luís Campos (PSD) disse que, aquilo que o Dr. Tiago disse aqui
686 foi claro para todos, que tem que vir à Assembleia Municipal. É preciso vir, mas
687 haveria de vir de forma a poder a ser pago logo a 1 de Janeiro. Agora é bem claro
688 que isto não tem problema nenhum, é só para clarificar as coisas. -----

689 -----Foi deliberado por unanimidade e em minuta aprovar a proposta
690 supratranscrita. -----

691 -----**PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE** 692 **PASSAGEM PARA O ANO 2023:**-----

693 -----Foi presente a seguinte proposta da Câmara Municipal: ““Considerando
694 que: 1. A Lei nº 16/2022, de 16 de agosto - Lei das Comunicações Eletrónicas,
695 estabelece a possibilidade de cobrança de uma Taxa Municipal de Direitos de
696 Passagem (TMDP), e à remuneração pela utilização de infraestruturas aptas ao
697 alojamento de redes de comunicações eletrónicas que pertençam ao domínio
698 público ou privativo das Autarquias Locais, previsto no Decreto-Lei nº 123/2009, de
699 21 de maio. 2. De acordo com o disposto no nº 3, do artigo 169º da Lei supracitada,
700 a TMDP é determinada com base na aplicação de um percentual sobre o total da
701 faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de
702 comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os
703 clientes finais do correspondente Município, devendo o mesmo percentual ser
704 aprovado, anualmente, por cada Município até ao final do mês de dezembro do ano
705 anterior a que se destina a sua vigência, não podendo ultrapassar os 0,25%. Tenho
706 a honra de propor, que a Câmara Municipal delibere, aprovar e submeter à
707 aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea o), do artigo 14º, da Lei
708 nº 73/2013, de 3 de setembro e da alínea b), do nº 1, do artigo 25º, conjugado com a
709 alínea ccc), do nº 1, do artigo 33º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a
710 fixação de um percentual correspondente a 0,25% relativo à Taxa Municipal de
711 Direitos de Passagem, para vigorar no ano 2023.”-----

712 -----O senhor Presidente da Câmara disse que, a exemplo dos anos
713 anteriores, esta taxa municipal de direitos de corresponde à aplicação de um valor
714 percentual sobre a faturação mensal emitida pelas empresas que prestam serviços
715 de comunicações eletrónicas. A proposta apresentada corresponde a um valor
716 percentual evidenciado na legislação sobre a matéria em questão no caso em
717 concreto, a proposta corresponde a 0,25%, sendo que essa percentagem necessita
718 de deliberação anual por cada Município.-----

719 -----Foi deliberado por unanimidade e em minuta aprovar a proposta
720 supratranscrita. -----

721 -----**PROPOSTA DE TAXA DE IMI - IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE** 722 **IMÓVEIS A APLICAR NO ANO DE 2023:**-----

723 -----Foi presente a seguinte proposta da Câmara Municipal: “Considerando
724 que: 1. Nos termos da alínea a), do artigo 14º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro,
725 conjugado com o artigo 1º, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI),
726 aprovado pelo Decreto-Lei nº 287/2003, de 12 de novembro e respetivas alterações,
727 o Imposto Municipal sobre Imóveis, incide sobre o valor patrimonial tributário dos

ACTA N.º 04/2022 – Reunião de 23 de Setembro de 2022

728 prédios rústicos e urbanos situados no território português, constituindo receita dos
729 municípios onde os mesmos se localizem; 2. Nos termos da alínea d), do nº 1, do
730 artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com a alínea c), do nº 1
731 e nº 5, do artigo 112º, do CIMI, os municípios, por deliberação da Assembleia
732 Municipal, definem a taxa aplicável aos prédios urbanos para vigorar no ano
733 seguinte entre os limites de 0,3% e 0,45%; 3. Nos termos do disposto no nº 8, do
734 artigo 112º, do CIMI, os municípios, por deliberação da Assembleia Municipal,
735 podem majorar até 30% a taxa aplicável a prédios urbanos degradados,
736 considerando-se como tais, os que face ao seu estado de conservação não
737 cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas
738 e bens; 4. De acordo com o nº 12º, do artigo 112º, do CIMI, os municípios, mediante
739 deliberação da Assembleia Municipal, podem fixar uma redução de taxa até 50% da
740 taxa que vigorar no ano a que respeita o imposto, a aplicar aos prédios classificados
741 como de interesse público, de valor municipal ou património cultural, nos termos da
742 legislação em vigor, desde que estes prédios não se encontrem abrangidos pela
743 alínea n), do nº 1, do artigo 44º, do Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo
744 Decreto - Lei nº 215/89, de 1 de julho; 5. Nos termos do nº 1, do artigo 112-Aº, do
745 CIMI, os municípios, por deliberação da Assembleia Municipal, podem fixar uma
746 redução da taxa do imposto municipal sobre imóveis a vigorar no ano a que respeita
747 o imposto, a aplicar no prédio ou parte do prédio urbano destinado a habitação
748 própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja
749 efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes, que compõem o
750 respetivo agregado familiar, sendo a verificação dos pressupostos para a redução
751 da taxa de IMI, efetuada pela Autoridade Tributária e Aduaneira, de forma
752 automática e com base nos elementos constantes nas matrizes prediais, no registo
753 de contribuintes e nas declarações de rendimentos entregues: i) 20 euros para um
754 dependente a cargo, ii) 40 euros para dois dependentes a cargo, iii) 70 euros para
755 três ou mais dependentes a cargo; 6. Nos termos, dos nº 14 e 16, do artigo 112º, do
756 CIMI, as deliberações da Assembleia Municipal, referidas nos presentes artigos,
757 devem ser comunicadas à Autoridade Tributária e Aduaneira, por transmissão
758 eletrónica de dados, até 31 de dezembro, para vigorarem no ano seguinte; Tenho a
759 honra de propor, que a Câmara Municipal delibere, aprovar e submeter à aprovação
760 da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a), do artigo 14º, da Lei nº 73/2013,
761 de 3 de setembro, conjugado com a alínea d), do nº1, do artigo 25º e alínea ccc), do
762 nº 1, do artigo 33º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, para que sejam
763 fixadas a seguintes taxas a vigorar no ano 2023: a) A fixação de uma taxa de
764 Imposto Municipal sobre Imóveis para os prédios urbanos de 0,30%, nos termos da
765 alínea c), do nº 1 e nº 5, do artigo 112º, do CIMI; b) A fixação de uma taxa de
766 Imposto Municipal sobre Imóveis para os prédios rústicos de 0,8% nos termos da
767 alínea a), do nº 1, do artigo 112º, do CIMI; c) A majoração de 30% da taxa de
768 Imposto Municipal sobre Imóveis aplicável a prédios urbanos degradados, para os
769 quais a Câmara Municipal tenha determinado a execução de obras necessárias à
770 correção de más condições de segurança ou salubridade, ou de obras de

ACTA N.º 04/2022 – Reunião de 23 de Setembro de 2022

771 conservação necessárias à melhoria do arranjo estético, conforme o disposto no nº
772 2, do artigo 89º, do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, do Decreto-Lei
773 nº 555/99, de 16 de dezembro; d) A redução de 50% da taxa de Imposto Municipal
774 sobre Imóveis, aplicável a prédios urbanos classificados de interesse público, de
775 valor municipal ou património cultural, para a prossecução da atividade cultural,
776 recreativa ou desportiva, de propriedade de coletividades que exerçam aquelas
777 atividades, organizações não governamentais e outro tipo de associações não
778 lucrativas, com sede no concelho de Bombarral, sendo a isenção parcial aplicável às
779 sedes das instituições, desde que estes prédios não se encontrem abrangidos pela
780 alínea i), m) ou n) do nº1, do artigo 44º do EBF; e) A majoração de 50% da taxa de
781 Imposto Municipal sobre Imóveis aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais
782 que se encontrem em situação de abandono, não podendo da aplicação desta
783 majoração resultar uma coleta de imposto inferior a vinte euros por cada prédio
784 abrangido, nos termos do nº 9, do artigoº 112º do CIMI; f) A redução da taxa de
785 Imposto Municipal sobre Imóveis, no caso de imóvel destinado a habitação própria e
786 permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, atendendo ao número
787 de dependentes que compõe o respetivo agregado familiar, em conformidade com o
788 nº 1, do artigoº 112-Aº, do CIMI, em: i) 20 euros para um dependente a cargo, ii) 40
789 euros para dois dependentes a cargo, iii) 70 euros para três ou mais dependentes a
790 cargo.”-----

791 -----O senhor Presidente da Câmara disse que este imposto incide sobre o
792 património individual de cada proprietário de prédios rústicos e de prédios urbanos,
793 sendo aplicável aos primeiros uma taxa de 0,8% e os segundos, uma taxa variável
794 entre 0,30 e 0,45. A taxa proposta para efeito de aplicação do imposto prédios
795 urbanos para o ano 2023 corresponde a um limiar mínimo possível de 0,30%. Na
796 mesma proposta também é proposto um conjunto de majorações desta taxa em
797 função das disposições que permitem agravar ou, por outro lado, até também
798 apresentar fatores benéficos em relação a vários fatores relacionados com o estado
799 dos imóveis ou, por outro lado, também a composição do agregado familiar.-----

800 -----O senhor Ricardo Daniel (PSD) disse que, não podia deixar de neste
801 ponto lembrar que esta taxa foi alterada o ano passado através de uma proposta
802 do PSD para o número mínimo e que esta Assembleia votou com os votos contra do
803 Partido Socialista. De notar que não foi pela perda de receita que a Câmara durante
804 o ano de 2022 deixou de fazer qualquer obra, até pelo contrário, vê-se pelas contas
805 bancárias da Câmara Municipal que tem um valor bastante avultado nos seus
806 cofres, por isso, ainda bem que a Câmara propõe manter a taxa que há um ano
807 atrás foi aprovada nesta Assembleia.-----

808 -----O senhor Presidente da Câmara disse que, apenas um reparo e já que
809 estamos a invocar pergaminhos, apenas e só dizer que, se bem me recordo, de
810 2014 a 2017, da parte do PSD, não houve qualquer alteração, e mais, foi a partir de
811 2017, no meu primeiro mandato que, de facto, paulatinamente baixamos de 0,37
812 para 0,32. Dizer ainda que se bem me recordo, uma vez que estamos aqui a invocar
813 pergaminhos, dizer que a língua portuguesa tem, de facto, algumas nuances que

ACTA N.º 04/2022 – Reunião de 23 de Setembro de 2022

814 podem confundir as pessoas e recordo perfeitamente que, nesse caso o PSD o que
815 utilizava era em cada ano dizia que voltava a baixar a taxa de IMI, mas não baixava
816 novamente, voltava a baixar, ou seja, o número e a percentagem de desconto era
817 exatamente a mesma, mas voltava a baixar, porque não era 0,45. -----

818 -----Foi deliberado por unanimidade e em minuta aprovar a proposta
819 supratranscrita. -----

820 -----**PROPOSTA DE TAXA DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS PARA O** 821 **ANO DE 2023:** -----

822 -----Foi presente a seguinte proposta da Câmara Municipal: ““Considerando
823 que: 1. Nos termos da alínea g), do artigo 14º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro,
824 constitui receita dos municípios, o produto da participação nos recursos públicos,
825 determinada nos termos do disposto nos artigos 25º e seguintes da mesma lei; 2.
826 Nos termos da alínea c), do nº 1, do artigo 25º, e do nº 1, do artigo 26º, ambos da
827 Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, os municípios têm direito, em cada ano, a uma
828 participação variável até 5% no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas
829 Singulares (IRS), dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva
830 circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior,
831 calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no nº 1, do artigo
832 78º, do CIRS; Tenho a honra de propor, que a Câmara Municipal delibere, aprovar e
833 submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea c), do nº 1,
834 do artigo 25º e do nº 1 e 2, do artigo 26º, ambos da Lei nº 73/2013, de 3 de
835 setembro, conjugado com a alínea b), do nº 1, do artigo 25º e alínea ccc), do nº 1,
836 do artigo 33º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação de uma
837 participação de 3,5% no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, a
838 fixar para o ano 2023.” -----

839 -----O senhor Presidente da Câmara disse que, em regra, podem dispor de
840 uma participação nos rendimentos dos contribuintes com domicílio fiscal nos
841 respetivos territórios e que pode ir até 5% dos rendimentos declarados no ano
842 anterior por cada contribuinte. A proposta apresentada corresponde ao benefício
843 fiscal atribuído pelo Município, considerando que o Município abdica da parte do
844 imposto a que teria direito e que reverterá em benefício dos respetivos contribuintes.
845 Se ficarmos sem esta receita ficamos sem margem do orçamento para fazer face,
846 exatamente a esta alta de preços, nomeadamente combustíveis, gás e eletricidade
847 e, portanto, neste momento, é isto que se nos apresenta.-----

848 -----O senhor Luís Campos (PSD) disse que pretende fazer uma pequena
849 correção, a Câmara não abdica da parte que lhe pertence e que vai até 5%, ou seja,
850 a diferença que a Câmara está a aplicar na sua proposta é de 1,5%, não é tudo na
851 totalidade. Temos, por exemplo, Óbidos que é 1%, abdica de 4. No entanto, o PSD
852 vem propor uma alteração à proposta da Câmara Municipal e que em vez dos 3,5%,
853 passe para 3%, isto vem no seguimento da crise existente e que está a afetar mais
854 a classe média, e a classe média é a menos ajudada e a que paga mais IRS. Nesse
855 sentido, precisam de ser ajudados e nós vamos propor isso.-----

ACTA N.º 04/2022 – Reunião de 23 de Setembro de 2022

856 -----O senhor Norberto Brunheta (PS) disse que, queria questionar se este
857 ponto é realmente necessário aprovar, uma vez que é para manter a taxa que
858 atualmente existe e, sendo assim, no mesmo seguimento, considerando a saúde
859 financeira do Município, esta seria uma daquelas medidas de apoio aos cidadãos
860 que vivem no concelho do Bombarral e para a qual já se evidenciou a necessidade
861 de uma ajuda, de um plano de ajuda e julgo que seria de ir mais além do que os
862 3,5%. -----

863 -----O senhor José Vítor Silva (PS) disse que, relativamente a esta proposta
864 do Município abdicar de 3,5%, da parte que lhe cabe no IRS que vem do orçamento
865 geral do Estado, tem a nossa aprovação, pois mantém aquela em que, no tempo da
866 troika, o PSD também apresentou, 3,5%. Evidentemente que é muito fácil a quem
867 não está a governar apresentar propostas que retirem a receita e apresentar
868 propostas que aumentem a despesa. Eu só quero frisar, porque não vale a pena
869 estarmos aqui com grande argumentação, porque o PSD evidentemente não vai
870 mudar a sua proposta, o orçamento das câmaras municipais e até os orçamentos
871 familiares têm de ter aquilo a que se chama um equilíbrio, para que as receitas
872 sejam iguais às despesas e aquilo que o senhor Presidente da Câmara disse, e
873 bem, é que a despesa corrente tem vindo a aumentar galopantemente,
874 nomeadamente relativamente aos combustíveis e à eletricidade, para não falar de
875 todos os materiais que todos sabemos que estão todos os dias a sofrer aumentos, o
876 que implica que a despesa corrente da Câmara tem vindo a aumentar e a situação
877 não é conjuntural e que ainda vamos viver com ela mais um ou dois anos e,
878 portanto, rejeita esta proposta que o PSD está a apresentar. No orçamento de 2023
879 o Executivo terá de cortar despesa para o chamado equilíbrio orçamental, eu
880 também sugeria que o PSD nos sugerisse onde é que acha que devemos cortar
881 face à evolução da receita que a Câmara vai deixar de ter. Aqui não existe uma lei
882 travão, infelizmente, portanto, e quem não gere o dinheiro pode levemente fazer
883 propostas de aumento de despesa e de redução de receita, porque depois quem vai
884 ter de apresentar as respetivas contas, e elas têm de estar devidamente
885 equilibradas, são o senhor Presidente da Câmara e os seus vereadores. -----

886 -----O senhor Joaquim Marcos Henriques (PSD) disse que, já que o senhor
887 Presidente da Câmara falou em pagamentos e o elemento da Assembleia Municipal
888 José Vítor falou também da troika, só quero lembrar aqui alguns números para nós
889 nos entendermos. Nunca poderemos esquecer que, efetivamente, Portugal foi
890 intervencionado, mas também não nos podemos esquecer de quem solicitou essa
891 intervenção e por que razões. Mas voltando aqui à nossa discussão, eu só gostava
892 de relembrar os presentes que a proposta que a Câmara Municipal está a fazer hoje
893 de 3,5%, ou seja, prescindir de 1,5%, só para dar um pouco de história, neste caso,
894 em termos de números, em 2014, em plena troika, a Câmara Municipal tinha uma
895 proposta de 4% e, de lá para cá, sabe qual era a proposta? A proposta que ano
896 após ano foi sempre posta nesta casa e que é a mesma de hoje, 3,5%, em 2015,
897 2016 e 2017. Recordo, nomeadamente, e todos nós sabemos que na campanha
898 eleitoral de 2017 o Partido Socialista tinha outdoors a informarem que tínhamos as

ACTA N.º 04/2022 – Reunião de 23 de Setembro de 2022

899 taxas mais elevadas do distrito, nomeadamente o IMI e outras parecidas, mas,
900 afinal, não baixou quatro anos depois a taxa que está a pôr hoje em cima desta
901 mesa. A discussão é a mesma que era em 2015, só com esta pequena diferença - é
902 que, como o elemento da Assembleia, José Victor, disse e muito bem, o país estava
903 intervencionado, todos nós sabemos que as finanças do Município não eram
904 aquelas que todos nós gostaríamos e eram altamente deficitárias. Hoje, à data que
905 nos são apresentados estes documentos, a Câmara tem no seu cofre, e não foi o
906 meu companheiro de bancada que disse, foi o senhor Presidente da Câmara, tem
907 no cofre do Município quatro milhões quatrocentos e quarenta e dois mil euros. Das
908 duas uma, ou a gestão da própria da Câmara é amealhar dinheiro e não o gastar, ou
909 não se está a fazer obra, portanto, não se está a pagar. São as duas situações para
910 haver tanto dinheiro, ou então não sabem, ou não têm, onde o gastar. Por exemplo,
911 poderíamos ter já em carteira algumas coisas para estes quadros comunitários que
912 estão aí, como o senhor Presidente disse, o 20/20 está praticamente a terminar.
913 Quais são os projetos que a Câmara tem em carteira, com estes quatro milhões
914 quatrocentos e quarenta e dois mil euros que a Câmara poderia meter em proveito
915 dos bombarralenses? Lembro que Portugal é dos países onde a inflação está mais
916 alta e a oitava com mais crescimento da Europa, mas, no entanto, não há redução
917 desta taxa que é a mesma desde 2015, 3,5%. Aliás, basta ir ao site da Autoridade
918 Tributária para ver, ano após ano, quais são os concelhos e muitos concelhos da
919 nossa dimensão estão muitos com 1%. É verdade que uns aqui a nossa à volta e
920 talvez os mais ricos são aqueles que têm a taxa mais alta. Volto a referir, por
921 exemplo, Óbidos 1%, temos outro Lourinhã 4%, Cadaval 3,75%. Para o bem dos
922 bombarralenses devíamos evitar, porventura, alguns comentários, como nós
923 ouvimos. Eu acho que há o tal direito de o fazer, mas também não podemos ter
924 memória curta. -----

925 -----A senhora D. Margarida Marques (PS) disse que queria entrar também
926 neste debate e começava por referir que os senhores. deputados do PSD continuam
927 a não resistir à tentação de dizer que quem chamou a troika foi o Governo socialista
928 e, portanto, como isto é uma discussão que tem onze anos, talvez seja bom lembrar
929 duas coisas. A primeira foi que a razão porque Portugal foi obrigado a chamar a
930 troika, foi porque o PEC 4 foi recusado na Assembleia da República com um voto
931 contra do PSD, o que fez com que as taxas de juro no dia seguinte duplicassem nos
932 mercados financeiros. Foi isso que levou à chamada da troika e, portanto, é bom
933 nós sabemos quem são os responsáveis, porque é uma forma muito simplista dizer
934 que o PS chamou a troika. Não tinha a intenção de trazer aqui este debate, mas não
935 posso deixar de reagir a esta questão. Relativamente a este debate, eu acho que
936 nós no início desta sessão, adotámos uma resolução no sentido de recomendar à
937 câmara que fizesse um programa de apoio social alargado, dada a atual situação de
938 crise, designadamente com o aumento da inflação que é fundamentalmente
939 provocada pelo aumento dos custos da energia que têm um efeito multiplicador e,
940 portanto, nós fizemos essa recomendação à Câmara e nesse contexto, nós não
941 podemos fazer duas coisas ao mesmo tempo, ou seja, pedirmos à Câmara para

ACTA N.º 04/2022 – Reunião de 23 de Setembro de 2022

942 fazer um esforço adicional no sentido de fazer um programa de apoio social e, ao
943 mesmo tempo, cortarmos a capacidade da Câmara de ter o financiamento
944 necessário para proceder a esse programa. O meu colega José Vítor já explicou
945 essa questão, ou seja, nós não temos uma lei-travão, como é evidente, mas temos
946 que ter um equilíbrio entre as despesas e as receitas. Finalmente, eu aproveitava
947 esta oportunidade para sugerir à Câmara que numa próxima Assembleia Municipal,
948 quando essa questão se colocar, que possa agendar um debate no sentido de se
949 identificar alguns dos projetos, algumas das prioridades em que a Câmara tem
950 intenção de recorrer ao Portugal 2030. É um debate completamente diferente, não
951 tem nada a ver com este debate, mas na sequência da intervenção do senhor
952 deputado, aproveito para deixar aqui também esta sugestão.-----
953 -----O senhor Presidente da Câmara disse que não gostaria de, enfim,
954 valorizar em termos de réplica da minha parte, algumas intervenções que foram
955 feitas pelo senhor membro da Assembleia Municipal Joaquim Marcos Henriques
956 para não entrar nesta questão de irmos lá atrás. Muito atrás, não vale a pena,
957 porque realmente a memória curta levar-nos-ia para uma série de situações que de
958 todo em todo, até gostaria de evitar ao dia de hoje. No entanto, a questão de alguns
959 projetos, isto aqui sem dúvida nenhuma, é extremamente desafiante, isto sim
960 contribuir para que, de facto, o Bombarral progrida e vá em frente naquilo que quer
961 em termos do seu desenvolvimento regional, como nacional. Dizer que, de facto,
962 estamos completamente em linha com este repto que nos é lançado e muito bem,
963 para que, de facto, tenhamos os projetos para discutirmos no Portugal 2030. Sim,
964 porque sem dúvida nenhuma que ainda nos resta algum tempo, evidentemente que
965 estou a pensar nisso e se fosse hoje preciso entraria imediatamente um projeto com
966 algumas alterações, obviamente, é um projeto que está em gaveta já há imenso
967 tempo, nomeadamente a entrada Norte da vila, porque está o projeto feito, é
968 evidente que carece de uma série de alterações, mas, evidentemente que
969 enquadrado e assim podia imediatamente ser apresentado e, portanto, essa é uma
970 questão muito pertinente. Mas relativamente a esta questão que que foi dita sobre
971 outros municípios. Dizer que há municípios neste distrito, e eu apontaria dois - Leiria
972 e Marinha Grande com 5% até de retenção para os municípios, não falo da Câmara
973 Municipal de Torres Vedras, apenas porque não é do distrito de Leiria, pronto, é só
974 por causa disso, mas sim senhora é do Oeste que tem seis municípios de Leiria,
975 seis municípios de Lisboa. É sempre essa confusão territorial que, às vezes, enfim,
976 nos leva a isto. Mas sem dúvida nenhuma que são 5%. Gostaria também que me
977 transmitissem onde é que podemos em termos de receitas correntes, cortar, cortar
978 esta situação, se muito bem entenderem, se é nas fichas escolares ou então nas
979 licenças da escola virtual, porque aí talvez possamos chegar a um entendimento,
980 porque é disso que se trata, é disso que se trata. O dia de hoje e, de facto, nós
981 estamos com esses montantes devidos, mas não são receitas de correntes, não
982 podem pagar despesa corrente, estamos praticamente no limite da despesa
983 corrente. Estamos com grandes dificuldades, apesar de ter o dinheiro, apesar de
984 estar lá, está, não é no cofre que não é físico, como é óbvio. Muito bem, dizemos

ACTA N.º 04/2022 – Reunião de 23 de Setembro de 2022

985 uma coisa, se assim fosse, eu não poderia ser responsável, não poderia ser uma
986 pessoa que estava nestas funções de forma responsável, baixando ao dia de hoje.
987 Não sabemos se para o ano teremos condições para isso e cá estaremos. Agora ao
988 dia hoje seria de uma irresponsabilidade qualquer força política pedir para neste
989 momento, no momento em que os combustíveis, o gás e a eletricidade estão numa
990 forma e muitas vezes, o gás a chegar, já chegou a 1400% a mais do que a despesa
991 inicial, portanto, vejam a dificuldade. Portanto, de uma forma responsável eu não
992 posso ao dia de hoje corroborar numa situação destas. Seria completamente
993 irresponsável e demagógica, coisa que eu não sou.-----
994 -----O senhor José Vítor Silva (PS) disse que era só para clarificar aqui
995 algumas questões que podem ser conceptuais, mas tem toda a legitimidade de
996 serem clarificadas. A renúncia do IRS não tem nada a ver com taxas, nem tem nada
997 a ver com qualidade, portanto, é uma possibilidade que o Governo central permite
998 às autarquias de abdicar de parte da receita que é transferida pelo Governo central
999 através do IRS e através de outros impostos que aqui contemplou, no fundo de
1000 equilíbrio financeiro, portanto, temos de chamar as coisas pelos nomes. Aquilo que
1001 esta autarquia liderada pelo Partido Socialista fez ao longo dos quatro anos do
1002 último mandato, foi reduzir a carga fiscal, que estava em 2017 em 37% e, neste
1003 momento, 2021, temos 6%, portanto, não sei quais são os dados de que não
1004 sabemos, ainda ninguém sabe. Neste momento, aquilo que é da competência da
1005 Câmara Municipal, que é o imposto sobre o património, está no mínimo, já apontei
1006 mesmo que se a proposta do PS passasse, este ano a promessa era chegar aos
1007 0,30%. Chegou um ano mais cedo por proposta do PSD, portanto, ganhou uma
1008 medalha, tudo bem, ficou bem junto do seu eleitorado e como é maioria nesta
1009 Assembleia, temos de aceitar essa decisão. Aquilo que o PSD quer é que a Câmara
1010 reduza despesa por um lado, e a minha colega Margarida Marques já o referiu e
1011 bem, e que se aumente as participações e o auxílio a famílias com menores
1012 capacidades económicas e, por outro lado, querem reduzir a margem de manobra
1013 da Câmara Municipal para 2023, reduzindo a participação de uma receita que vem
1014 do Estado e como o senhor Presidente disse há pouco, existem concelhos bem
1015 mais ricos do que nós que têm 5%, não abdicam nem de 1% do imposto. Quem
1016 ganha o ordenado médio não vai ter qualquer benefício, porque o rendimento médio
1017 do trabalho do bombarralense está em 810 euros. Quem vai beneficiar desta
1018 redução, são todos aqueles que ganham 2.000, 3.000 euros, esses é que vão retirar
1019 o maior benefício de uma redução da taxa de IRS. Se querem ajudar a classe média
1020 não é assim, portanto, tem de ser com benefícios diretos a quem efetivamente
1021 precisa.-----
1022 -----O senhor Ricardo Daniel (PSD) disse que, ao ouvir a intervenção do
1023 senhor José Vítor, fiquei com a ideia que se a Câmara não cobrar, o Estado fica
1024 com o dinheiro. Não, as pessoas deixam de pagar, ou seja, nós estamos a dar uma
1025 isenção. O seu discurso foi um bocado baralhado e só no fim é que se esclareceu
1026 esse ponto. Se por acaso a Câmara deixar de cobrar, as pessoas deixam de pagar
1027 esse imposto do IRS. Nos documentos que vêm da atividade financeira da Câmara,

ACTA N.º 04/2022 – Reunião de 23 de Setembro de 2022

1028 vimos que há uma diferença entre a receita corrente cobrada e a despesa corrente
1029 que paga, 1.665.000 euros, ou seja, sendo que 269.000 euros estão em
1030 conferência, existe aqui uma diferença. Isto porque o senhor Presidente, ao dizer
1031 que não tinha dinheiro para despesas correntes há 1.400.000 euros que foram
1032 cobrados segundo os documentos e que, já pagando todas as faturas que estão em
1033 conferência, ainda sobra para as despesas correntes, por isso não percebe como é
1034 que não tem dinheiro para despesas correntes.-----
1035 -----O senhor Presidente da Câmara disse que apenas e só para referir aqui
1036 um pequeno pormenor que é a câmara tem que pagar vencimentos até ao fim do
1037 ano. Exatamente, portanto, eu não estava a perceber como é que eu estava a tentar
1038 explicar aqui esta questão imediatamente o senhor membro da Assembleia estava
1039 a replicar em cima. Tudo o que diga respeito a esta matéria vai cair exatamente na
1040 mesma situação que é a situação de nós estarmos com dificuldade em termos do
1041 aumento das despesas correntes, mas não está fácil pelas razões que são
1042 sobejamente conhecidas e, portanto, nessa situação, esse valor que está aí a
1043 referir, de facto, está também referente aos ordenados que temos que pagar até ao
1044 fim do ano e, como tal, uma coisa leva à outra. Seria, contudo, uma
1045 irresponsabilidade muito grande que nós tentássemos e segundo a vossa
1046 recomendação do PPD/PSD aumentar tudo o que é apoio social, mas depois de
1047 alguma forma, conseguir cortar tudo o que diga respeito à arrecadação de receita da
1048 receita e, fundamentalmente, receita corrente. -----
1049 -----O senhor Luís Campos (PSD) disse que, só constatamos factos, quem
1050 chamou a troika foi o PS e saímos do PEC 4 porque se continuássemos a provar
1051 íamos ter o PEC 5, PEC 6, PEC 7 e chegávamos sabe-se lá onde e não vamos falar
1052 mais nesse assunto de gestão que foi feito pelo Governo socialista de José
1053 Sócrates. Só para lembrar isto, porque há coisas que têm que ser ditas e têm que
1054 ser faladas, aliás, um grande Ministro das Finanças na altura, disse o que tinha a
1055 dizer e falou o que tinha a falar, portanto, contra vontade do engenheiro Sócrates
1056 que queria esconder tudo, mas este senhor íntegro fez o que tinha a fazer e muito
1057 bem. Durante anos em que o senhor José Vítor foi oposição, fez propostas de
1058 abaixamento durante o exercício, quer para aumentar a despesa, quer para a
1059 redução de receita, foram muitas. O senhor tem uma retórica enquanto membro do
1060 partido na governação e teve outra retórica enquanto membro da oposição. Temos
1061 de ser coerentes naquilo que dizemos, no entanto, há muitas despesas correntes
1062 que podem ser cortadas. Há muitas gorduras, é claro que não vou anunciá-las aqui,
1063 mas posso elencar, se quiser, muitas que podem ser cortadas e são supérfluas, que
1064 não fazem falta à Câmara. Falou em estatística. Os portugueses já perderam mais
1065 poder de compra em seis meses de guerra na Ucrânia com esta inflação, do que no
1066 período da troika, é estatístico. Infelizmente para os portugueses que isto não está
1067 na mão de ninguém, nem do Governo da nação, nem do Governo das câmaras. ----
1068 -----O senhor Presidente da Câmara disse que iria, pura e simplesmente, no
1069 fundo, resumir a questão, é que, de facto, temos superavit na diferença entre
1070 receita corrente e a despesa corrente, mas temos défice na diferença entre a receita

ACTA N.º 04/2022 – Reunião de 23 de Setembro de 2022

1071 de capital e a despesa de capital de forma que vamos ter que utilizar a receita
1072 corrente para pagar, como é lógico, despesa de capital, e, portanto, e, portanto, a
1073 exemplo daquilo que tem sido dito anteriormente, temos exatamente que encaixar e
1074 não podemos baixar essa receita corrente.-----

1075 -----A senhora D. Margarida Marques (PS) disse que antes de passar à
1076 votação, só queria referir aquilo que é a hipocrisia política, porque é muito
1077 interessante fazer um programa em que se solicita à Câmara que se faça um
1078 programa social e imediatamente depois fazer uma proposta que se sabe que se
1079 está a inviabilizar a capacidade da Câmara de fazer, portanto, melhor fora não ter
1080 pedido à Câmara que fizesse um programa de apoio social, porque o que se prova
1081 aqui é que o PSD não está interessado em que o programa social exista, está
1082 apenas interessado em dizer que fez essa proposta.-----

1083 -----O senhor Presidente da Assembleia disse que, relembro que a proposta
1084 final a ser votada será sempre a proposta apresentada pela Câmara, com ou sem a
1085 alteração proposta, neste caso pelo PSD. Portanto, nós vamos votar a proposta do
1086 PSD em alterar a proposta da Câmara que, onde consta a aprovação de uma
1087 participação de 3,5% no imposto sobre o rendimento de pessoas singulares, o PSD
1088 propõe que passe a constar 3%. Vamos votar esta proposta de alteração à proposta
1089 da Câmara. Nós não vamos votar uma proposta em papel, mas a proposta foi
1090 apresentada. Eu estou a falar e gostava de não ser interrompido. Não dei a palavra
1091 e, portanto, eu estou a explicar. O senhor deputado quer falar, pede a palavra e eu
1092 dou a palavra. Hoje, desde o início até quase ao fim desta Assembleia, por
1093 variadíssimas vezes, quando eu intervim as minhas posições foram imediatamente
1094 contestadas e foram postas em causa. Eu fiz questão de ir ver como é que tinha
1095 acontecido no ano passado, e os membros desta Assembleia quando quiserem pôr
1096 em causa algumas das coisas que eu digo, pedem a palavra e não fiquem a fazer
1097 comentários no lugar, porque acho que eu tenho toda a consideração por todos os
1098 membros da Assembleia de início até ao fim das sessões e peço que tenham a
1099 mesma consideração pela Mesa e que não passem imediatamente a fazer
1100 comentários às decisões que eu tomo aqui.-----

1101 -----O senhor José Vítor Silva (PS) disse que a única coisa que eu gostava de
1102 referir é que qualquer proposta que é sujeita a votação, tem de haver um suporte
1103 papel com os respetivos considerados. Eu tenho todo o direito de conhecer os
1104 considerandos para que o PSD não concorde com a taxa proposta.-----

1105 -----O senhor Presidente da Assembleia disse que, fique aqui claro o seguinte,
1106 a Mesa tem autonomia para decidir se aceita as propostas verbais ou por escrito e a
1107 Mesa aceita que a proposta possa ser apresentada verbalmente. Outra coisa
1108 completamente diferente é aquilo que o senhor deputado acabou de dizer que
1109 gostaria de saber. Tem durante todo o período em que este ponto esteve em
1110 discussão para questionar o PSD sobre os considerandos ou a fundamentação
1111 desta proposta e, portanto, ainda pode perguntar ao PSD quais são os seus
1112 considerandos. Se o grupo que apresenta esta proposta de alteração entende que
1113 não tem mais considerandos a fazer, aquilo que se faz é votar a proposta de

ACTA N.º 04/2022 – Reunião de 23 de Setembro de 2022

1114 alteração. Se o senhor deputado tiver mais esclarecimentos a pedir em relação a
1115 esta proposta que o grupo do PSD apresentou, pode pedir agora esses mesmos
1116 consideramos, que podem ser apresentados verbalmente, porque a Mesa aceita.
1117 Não é obrigatório que tenha que dar entrada aqui uma proposta por escrito. A Mesa
1118 decidiu assim aceitar a proposta verbalmente. -----
1119 -----Foi deliberado por maioria reprovando a proposta de alteração apresentada
1120 pelo grupo municipal do PSD com os dez votos de aprovação (9 do PSD e 1 do
1121 CDS9, duas abstenções (2 do PSD) e treze votos de reprovação (11 do PS, 1 da
1122 CDU e 1 da eleita independente).-----
1123 -----Foi deliberado por maioria com doze votos a favor (11 do PS e 1 da eleita
1124 independente), três abstenções (2 do PSD e 1 da CDU) e dez votos contra (9 do
1125 PSD e 1 do CDS) aprovar a proposta da Câmara Municipal do Bombarral
1126 supratranscrita. -----
1127 -----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.
1128 -----PROLONGAMENTO DOS TRABALHOS: Pelas 00:00 horas foi deliberado
1129 por unanimidade prolongar os trabalhos por mais uma hora.-----
1130 -----**PROPOSTA DE 4ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES**
1131 **DO PLANO DO ANO DE 2022:** -----
1132 -----O senhor Presidente da Câmara disse que, esta revisão apresentada
1133 compreende apenas a inscrição em orçamento da rubrica orçamental
1134 correspondente a novos postos de trabalho afetos à classificação orgânica da
1135 administração geral, neste caso, o gabinete de empreendedorismo, inovação e
1136 atividades económicas que vai de encontro àquilo que, no fundo se referiu logo no
1137 início desta Assembleia Municipal e também no fundo também aquilo que foi
1138 discutido já anteriormente em sede de reuniões de câmara e, portanto, esta
1139 necessidade é uma necessidade premente. -----
1140 -----O senhor Luís Campos (PSD) disse que, tal como disse em Fevereiro, e
1141 isso está plasmado, íamos ter um ano em que em todas as assembleias municipais
1142 íamos ter uma revisão orçamental. Vamos na quarta Assembleia Municipal e temos
1143 quatro revisões orçamentais. Nós sabemos que o orçamento é um documento
1144 provisional, mas uma coisa é termos uma previsão, fazemos uma revisão, já não
1145 falando nas alterações que também já houve, mas agora isto é demais. Nunca na
1146 história da Câmara Municipal do tempo da democracia isto aconteceu. É inédito.
1147 Quatro assembleias, quatro revisões. Nós dissemos logo em Dezembro, quando foi
1148 da aprovação que isto ia acontecer, portanto, era previsível. Espero que no próximo
1149 orçamento isto não aconteça porque fica mal para nós todos. -----
1150 -----Foi deliberado por maioria com treze votos a favor (11 do PS, 1 da CDU e
1151 1 da eleita independente) e doze abstenções (11 do PSD e 1 do CDS) aprovar a 4.º
1152 revisão ao orçamento e grandes opções do plano do ano de 2022. -----
1153 -----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.
1154 -----**PROPOSTA DE 2ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA 2022:**
1155 -----O senhor Presidente da Câmara referiu apenas a necessidade de reforçar
1156 o gabinete de empreendedorismo.-----

ACTA N.º 04/2022 – Reunião de 23 de Setembro de 2022

1157 -----O senhor Luís Campos (PSD) disse querer fazer um reparo, é que os
1158 anexos que vêm na proposta do ponto anterior e neste ponto são exatamente os
1159 mesmos, ou seja, como é que nós podemos fazer uma análise dos documentos.----
1160 -----O senhor Ricardo Daniel (PSD) disse que, a minha questão é muito
1161 rápida. Com todas estas competências, como é que só são aceites pessoas da área
1162 do turismo, porque não me parece que as competências sejam da área de turismo,
1163 a maior parte delas. Mas o que está aqui é que só vai abrir um concurso para
1164 pessoas formadas na área do turismo para ir para o gabinete de
1165 empreendedorismo. -----
1166 -----O senhor Presidente da Câmara disse que apenas e só referir que neste
1167 caso ainda se vai recorrer à reserva de recrutamento. E, como tal, era o que estava
1168 incluído, apesar de os concursos atualmente dizerem respeito apenas e só a
1169 licenciados ou mestrados e quase que nem é preciso fazer menção da área dessa
1170 sua formação académica, no entanto, volto a referir que, de facto, é para
1171 aproveitarmos e para atalhar caminho muito rapidamente que nesta matéria urge ser
1172 rápido com o risco, de facto, de perdermos muito da nossa capacidade de resposta
1173 às grandes obrigações neste momento, em termos principalmente das candidaturas
1174 e de toda a parte burocrática, no que a isso diz respeito.-----
1175 -----O senhor Luís Campos (PSD) disse que, a resposta que o senhor
1176 Presidente da Câmara deu não é convincente e basta lermos aqui os
1177 considerandos, para a implementação de uma estratégia de desenvolvimento da
1178 atividade do concelho, captação de investimento, promoção da criação de emprego.
1179 Isto que aqui está são competências para toda a gente, menos turismo. Isto
1180 desculpe é para outras áreas muito mais aptas e isto parece-me um fato à medida
1181 para uma determinada pessoa. O que aqui está apresentado não se enquadra para
1182 as necessidades que vêm nos considerandos.-----
1183 -----O senhor Presidente da Câmara disse que essa questão de fatos à
1184 medida é quase ofensiva e, portanto, eu sou completamente impermeável a esse
1185 tipo de situações como toda a gente tem reparado nestes últimos anos. Não sei se
1186 podem dizer o mesmo de anos mais recuados. No entanto, dizer o seguinte, o titular
1187 deste gabinete, neste momento, também é dessa área académica e tem
1188 demonstrado ao longo dos tempos em que está a colaborar nestas matérias uma
1189 elevada performance em relação àquilo que é pedido, portanto, em relação a esta
1190 situação, não tenho nada a acrescentar a isto, exatamente, que nós pretendemos, e
1191 é isso que vamos fazer. -----
1192 -----A senhora D. Margarida Marques (PS) disse que, eu não tive
1193 oportunidade de ir olhar para os currículos dos diferentes diplomas académicos,
1194 para ver qual deles é que tem uma dimensão mais acentuada em
1195 empreendedorismo. Percebo que o meu colega deputado teve oportunidade de
1196 fazer esse estudo, essa análise, essa avaliação. Eu não tive. Mas uma coisa é certa,
1197 evidentemente, eu sei, porque acompanhei, é que as formações na área do turismo
1198 têm uma dimensão significativa na área do empreendedorismo. Outras áreas
1199 também têm, mas turismo também tem e, portanto, independentemente das

ACTA N.º 04/2022 – Reunião de 23 de Setembro de 2022

1200 escolhas da Câmara sobre as quais eu não me pronuncio, porque confio na análise
1201 que a câmara fez sobre as suas necessidades de recursos humanos, considerar
1202 que as pessoas que têm formação na área do turismo não têm formação para o
1203 empreendedorismo é estar a minimizar aquilo que é a formação e os diplomas na
1204 área do turismo. -----

1205 -----O senhor Luís Campos (PSD) disse que, como é óbvio, eu tenho que
1206 analisar todos os documentos que são entregues, se não, não estou aqui a fazer
1207 nada. Eu tenho que abdicar de algumas coisas para poder ler os documentos, mas,
1208 pronto, sempre o fiz, quer agora, quer nos anos todos que tenho estado cá,
1209 independentemente de estar na oposição ou no partido do Governo. Não estou a
1210 minorar as pessoas que estão ligadas ao turismo, mas o documento diz que a
1211 pessoa faz a gestão das candidaturas aos diversos programas financeiros, assim
1212 como assegurar o Gabinete de Apoio a Emigrantes. Se fosse eu, de certeza
1213 absoluta que ia buscar uma pessoa de outra área, até podia ser ligada ao turismo,
1214 mas que tivesse outras valências. Basta ler o que aqui está escrito. Por isso, o
1215 senhor Presidente não leve a mal, mas isto parece um fato à medida. Para além
1216 disto, são muitas coincidências. Aqueles elementos que nós pedimos relativamente
1217 às candidaturas ajudavam bastante nas decisões que íamos tomar relativamente a
1218 isto, porque era exatamente mais um elemento de análise para este ponto. -----

1219 -----A senhora D. Margarida Marques (PS) usou da palavra só para fazer um
1220 breve esclarecimento: quando eu falei na análise, falei na análise dos currículos
1221 académicos, não falei na análise dos documentos que foram distribuídos para esta
1222 reunião, que se parte do pressuposto que todos leem.-----

1223 -----O senhor Presidente da Câmara disse que apenas e só para referir um ou
1224 dois pormenores. O senhor membro da Assembleia Municipal, Luís Campos, se
1225 calhar não ouviu aquilo que eu disse em primeiro lugar, que é exatamente que
1226 vamos recorrer à reserva de recrutamento, portanto, no que diz respeito a isso não
1227 há qualquer mal-entendido e daí eu nem sequer perceber essa terminologia que de
1228 todo em todo, nem percebo vinda de si a questão do fato à medida.-----

1229 -----Foi deliberado por maioria com treze votos a favor (11 do PS, 1 da CDU e
1230 1 da eleita independente) e doze votos contra (11 do PSD e 1 do CDS) aprovar a
1231 proposta de 2.ª alteração ao mapa de pessoal para 2022. -----

1232 -----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.
1233 -----DECLARAÇÃO DE VOTO: O senhor Ricardo Daniel (PSD) declarou que,
1234 o PSD votou contra esta proposta, não por achar que não seja necessário mais uma
1235 pessoa no gabinete, e achamos que sim, mas sim por se cingir unicamente à área
1236 do turismo no mapa de pessoal, mas podiam ter outros. -----

1237 -----**RELATÓRIO SEMESTRAL DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E**
1238 **FINANCEIRA – PARA CONHECIMENTO:** Foi tomado conhecimento do relatório
1239 semestral da situação económica e financeira.-----

1240

ACTA N.º 04/2022 – Reunião de 23 de Setembro de 2022

1241 -----Pelas 00:20 horas foi a reunião encerrada e lavrada a presente acta, que
1242 depois de lida e achada conforme, será assinada pelo Presidente da Mesa e pelos
1243 dois Secretários.-----

1244

1245 O Presidente:

1246

1247 A 1.º Secretário:

1248

1249 A 2.º Secretário:

1250